

**O DISCURSO DA POLÍCIA POLÍTICA PERNAMBUCANA E SEUS ELOS
TEUTOS E IANQUES NAS DÉCADAS DE 1940 E 1950: LAÇOS DE SIMPATIA E
COOPERAÇÃO?**

GRAZIELLE RODRIGUES E MARIA LANA MONTEIRO – UFPE.

O modo como se pergunta, tanto como, o que se pergunta, são maneiras que nos parecem chave diante da perspectiva daqueles que se propõe ao narrar historiográfico na contemporaneidade. Fragmentos e perplexidades da condição humana, construídos ao sabor das relações desenvolvidas no contexto das problemáticas da formação das sociedades de massa no mundo moderno, fazem parte, assim da aventura de caminhar por sobre tempos que desnudam o vazio das vidas e de sua ausência de memória. O homem como espectador conformado da história vivida, atemorizado pela violência cotidiana, pelo medo de saber e de participar do que se passa e do que se passou são alguns dos aspectos da referida condição, que vão muito além das permanências insanas da História. Antes de tudo nos ajudam a penetrar nos questionamentos acerca da cidadania e da diversidade das expressões políticas, sobretudo, se repensarmos a literatura histórica e política brasileiras.

Dentro deste contexto destacamos os estudos dos projetos políticos pós-1930 e dos diferentes papéis dos atores sociais que lograram desde então no Brasil, e que nos últimos anos tem se tornado cada vez mais acessíveis, por exemplo, em decorrência dos novos horizontes propostos pela análise da documentação policial.

Compreendendo que a polícia muitas vezes se prolongou como executora das leis estatais que eram operacionalizadas estrategicamente perante a sociedade de forma autoritária, com doses diversas de violência, faz-se mister a ressignificação do que a memória oficial montou nos seus diferentes discursos e práticas e que tanto contribuiu para a formação do papel político e social dos brasileiros.

Lançando mão dos discursos construídos nas múltiplas relações estabelecidas pela polícia política pernambucana, representada pelos que compunham a extinta Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco – DOPS-PE¹, observamos pois repercussões do intercâmbio da ação policial que extrapolavam inclusive as fronteiras nacionais. E isso por que, através de seu sistema informativo², ricos discursos foram construídos a respeito das influências políticas alemãs e norte americanas, nas décadas de 1940 e 1950.

Segundo Elizabeth Cancelli³ a atuação policial institucionalizada, que ascende na primeira Era Vargas, constituiu-se de modo extremamente vinculado ao regime vigente, onde se fez a separação governo e Estado. E compreendendo tal situação é importante ressaltar que o caráter do exercício de poder posto em prática pela polícia política estava calcado na falta de princípios democráticos, através do credo da “mítica da violência”⁴. Fundamentando-se na significação de

brasilidade, com bases no discurso nacionalista, o regime projetava continuamente a produção e a reprodução de uma sociedade harmônica. E para tanto era enunciado nesta sociedade um lugar onde o indivíduo nacional situar-se-ia fora das divisões de classe, e que configurado na massa teria sua pluralidade negada à medida que cedia sua participação, na esfera política, ao papel de agente histórico do Estado. Guiado pelo grande líder-ditador este Estado centralizava-se e fortalecia-se diante do novo cidadão racialmente forte, sadio e trabalhador.

Na nova ordem estabelecia-se uma visão orgânica⁵ de sociedade: o corpo social vinha antes das partes, fazendo dos indivíduos metáforas de pequenas células que, se consideradas inaptas, deveriam ser prontamente eliminadas. Sob estes contornos, tal concepção de linguagem muitas vezes foi extrapolada na prática da exclusão diante da consciência da necessidade de manutenção das bases sociais harmônicas longe do contagioso e perigoso convívio com a densidade e diversidade da existência do homem de vida ativa.

Entendendo que a governamentalidade⁶ para ser atingida teria que perpassar principalmente às relações de poder arroladas às táticas de segurança, a polícia atuou de modo sistemático na base da sociedade, antes do exército, levantando argumentos reais e concretos para salvaguardar o Estado. Num contexto onde o que era apregoado pelo regime e posto em prática por suas instituições tornava-se o verdadeiro, coube a polícia desenvolver certo respaldo social através da construção paulatina de um perfil técnico e moderno que redefinisse seu quadro burocrático⁷ dentro do bojo das reformas adotadas administrativamente pela presidência da República.

Atrelando as polícias em escala federal e ligado-as ao poder central, tais reformas não tardaram a irradiar nos serviços policiais necessidades que também atendessem a interesses internacionais. E neste sentido “as frentes escolhidas para a implementação de relações internacionais com finalidades repressivas eram várias e, ao contrário do que a historiografia tende a ressaltar, não estabeleciam qualquer preferência momentânea, do ponto de vista ideológico, já que o mundo ocidental voltava-se em conjunto para o combate à chamada subversão comunista, que era, na realidade, uma perseguição a todas as esquerdas”⁸.

A nosso ver, o gerenciamento social da eliminação dos comunistas, tidos como inimigos comuns, dentro e fora da nação serviria para aparar arestas criadas pelo intercâmbio comercial e pelos contatos diplomáticos, a medida em que se estabeleceria uma política externa nebulosa e indefinida do Brasil frente aos Estados Unidos e a Alemanha.

Com relação à luta anticomunista germano-brasileira é sabido que seu incremento se dá a partir de Novembro de 1935, mediante a atmosfera de instituição do Eixo Berlim-Tóquio, enquanto, internamente, Vargas lança sua campanha repressora a chamada “intentona comunista”. Polícias, de autoridade federal, como o chefe de polícia do Rio de Janeiro, Filinto Müller, e o chefe do Departamento Especial da Segurança Política e Social do Rio de Janeiro, Afonso Henrique de

Miranda Correia, chegam inclusive a contribuir com tal luta, de caráter secreto, com informações acerca de opositores do nazismo no Brasil⁹ e sobre atividades subversivas, chegando até a tomar medidas de execução de expulsão de pessoas, como no famoso caso de Olga Bernário.

Eram medidas que evidenciavam no campo da *praxes* o pacto entre as polícias, que nos dizeres de Cancelli, direcionavam-se, sobretudo, nos seguintes pontos objetivos: “a) a troca, entre as polícias alemã e brasileira, de conhecimentos em geral contra o comunismo, o anarquismo e outras ideologias contrárias ao Estado; b) intercâmbio de material, informações e provas sobre comunismo e outras ideologias contrárias ao Estado. Vigilância mútua para esclarecimento de ações de comunistas, anarquistas, etc; c) trabalho mútuo fora do Brasil e da Alemanha; d) encaminhamento de idéias sobre a ação dos policiais para o combate e possível execução de comunistas, anarquistas, etc.”¹⁰.

Entretanto, um posicionamento mais de acordo com as diretrizes alemãs esbarraram na dubiedade do governo brasileiro, que garantiu uma postura indefinida de não formalização de acordos na política do “Bureau Antikomintern”, tendo em vista que tais medidas poriam o Brasil diante não só da luta mundial contra as esquerdas mas lhe posicionaria no bloco hegemônico do Eixo. Com a configuração do Estado Novo este quadro foi agregado ao estabelecimento de novos obstáculos, tais quais as medidas drásticas de nacionalização e integração de estrangeiros, a nomeação do ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha e os desentendimentos com o embaixador alemão Karl Ritter.

No âmbito da atuação policial esta conjuntura propicia, já no ano de 1938, as primeiras ações de investigação e censura aos alemães em todo o país. A DOPS-PE, em consonância, com o sistema atende eficazmente às recomendações e passa a investigar atentamente os passos dos teutos em solo pernambucano¹¹. É verdade, no entanto, que tais medidas se deram em Pernambuco num contexto bem específico, onde a comunidade alemã menos numerosa e mais integrada que a das colônias do sul do país, inspirou de início poucas preocupações e muitas condescendências¹². Além do que, no que se refere ao intercâmbio de experiências diretas, entre profissionais da polícia política pernambucana e de policiais estrangeiros, que poderiam criar vínculos e rótulos germanófilos como ocorrera com as autoridades federais, não averiguamos fontes e as poucas informações nos prontuários funcionais dos funcionários da DOPS-PE nos revelam em grande parte apenas dados pessoais e não profissionais.

Sendo assim adentrando o limiar da década de 1940 teremos uma ampliação do volume de informações acerca dos alemães, fato que, no entanto, evidencia mais o discurso da repressão do que dos laços de simpatia ou cooperação que o aparato policial tivera para com os mesmos até então. E isso por que, intensificando a integração das polícias estaduais¹³ e secretarias de segurança no contexto da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos Aliados, notamos então o

desenrolar da paulatina quebra de influências germânicas efetivado de modo concreto medidas de repressão como atestava o pernambucano delegado de ordem política e social Fábio Correa tendo em vista estarem sendo empreendidas com bom êxito “a) Cassar, por tempo indeterminado, as carteiras de motoristas; b) apreender e depositar na Delegacia de Ordem Política e Social, suas máquinas fotográficas; c) Proibição de estagio ou residência nas regiões litorâneas; d) Proibição terminante de qualquer aproximação da zona portuária, bases aéreas e estabelecimentos militares; e) Controle de qualquer material que pudesse ser utilizado em aparelhos radio-transmissores e apreensão dos receptores pertencentes a suspeitos; f) Proibição de viajar para outros Estados e até de um município para outro, salvo casos especiais, e com expedição de “salvo-conduto”; g) Proibição do exercício de funções de chefia sobre operários brasileiros e de poderes para aplicação de qualquer pena disciplinar”¹⁴, afora a apreensão de farto material de propaganda nazista e da detenção de indivíduos suspeitos¹⁵.

A partir de então as práticas duais brasileiras vão passar a prevalecer diante do discurso estadunidense. Bem verdade que elas já ocorriam em meados dos anos trinta, a exemplo do já referido chefe do Departamento Especial da Segurança Política e Social do Rio de Janeiro, que em 1937 trocou informações sobre a oposição ao nazismo no Brasil com a Gestapo, em visita a Alemanha, sendo que no começo do mesmo ano havia levado cópias de fichas de atividades subversivas no Brasil as polícias de New York e Washington¹⁶.

Com o término da Segunda Grande Guerra, surge a necessidade de redefinir a Geopolítica Mundial, ficando claro os interesses econômicos na divisão mundial, naquele momento. A partir do Congresso de Yalta, em fevereiro de 1945, define-se o limite internacional entre os EUA, ING e URSS, – Roosevelt, Churchill e Stalin; e nessa “disputa” por redefinir os espaços geopolíticos, observamos os países latino-americanos inseridos e almejando também por uma redefinir dos seus espaços, o qual tendia numa escala micro, se comparada à disputa da Guerra fria que estava por surgir entre os EUA e URSS. Segundo Gerson Moura¹⁷, a partir da Conferência de Chapultepec ou Conferência do México em fevereiro/março de 1945, vê-se os países latino-americanos restabelecerem uma posição na nova ordem internacional. “Essa reunião apresentava um dilema para os EUA. De um lado, os governos latino-americanos advogavam uma abordagem regional para as questões de Segurança Internacional. De outro lado, os Três Grandes davam ênfase ao caráter mundial da futura organização encarada de manter a paz”. Apesar dos debates firmados entre as duas delegações, os EUA obtiveram aprovação para as decisões tomadas sobre a organização das Nações Unidas.

Em termos de segurança latino-americana, vê-se que a questão de “segurança regional” correspondia também aos planos dos militares norte-americanos para o pós-guerra. Desse modo a Ata de Chapultepec aprovada pela Conferência, incorporava uma declaração intitulada “Assistência

Recíproca e Solidariedade Americana”¹⁸ O discurso de preservar a Soberania Nacional urge no momento em que as nações amigas e solidárias aos EUA compunham a luta para frear os ideais comunistas caracterizado como uma ameaça constante ao liberalismo crescente, e configurado na posição soviética de liderança. É a partir de 1950, que o mundo, bipolarizado pela Guerra Fria, observa os países girando na órbita dos Estados Unidos ou da União Soviética. O Brasil, que a princípio procurou manter uma atitude de equilíbrio, alinhou-se depois ao grupo norte-americano, recebendo orientação política do mesmo. Essa fase se caracterizou por um grande intercâmbio de informações, pela homogeneização tática e ideológica das Forças Armadas, pela abertura do território e da economia ao capital estrangeiro e pela preponderante dependência na política externa.¹⁹

Diante desse contexto mundial iniciado com o pós-guerra e intensificado pela Guerra Fria, fez presente no Brasil – atrelado à política econômica norte-americana – práticas capazes de “filtrar” e bloquear as idéias contrárias à política firmada entre as nações brasileiras e norte-americanas. Era necessário um aparato institucional eficaz e capaz de vigiar, investigar, reprimir e punir “todo aquele ou tudo aquilo” que não estivessem na Ordem do Dia. Essa intervenção era tida como “simpática”, uma vez que o próprio governo Central estava de comum acordo com a presença estrangeira no território brasileiro. Com o argumento de “Cooperação Mútua”, vimos norte-americanos e brasileiros formarem uma rede de troca de conhecimentos, treinamento e equipamento e mudanças na organização do Exército, a priori, e mais tarde na organização policial, que servia de “depósito” às informações contra e a favor dessa presença estrangeira.

A polícia Política era vista como um órgão investigador o qual trabalhava em prol da Segurança Nacional, resguardando a Soberania Nacional, tão latente naquele momento. A frase “todos são culpados até que se prove o contrário”, estereotipa e limita a idéia de vigiamento ao qual esta instituição propunha, já que se tinha um controle efetivo de tudo o que poderia intervir na “Ordem e Progresso” Nacionais.

Havia uma relação de cooperação mútua entre ambas as nações, contudo era conveniente ao Brasil essa cooperação militar, num primeiro momento, e a posteriore econômica, mas não eximava a atuação policial em colher informações as quais pudessem salvaguardar essa soberania dentro da relação de poder estabelecida por ambas as nações. Dentre esses documentos encontramos discursos dos grupos nacionalistas contra o “entreguismo” de espaços brasileiros à ocupação norte-americana. Havia uma ligação entre a polícia política e as “nações amigas”, uma vez que cabia a polícia paulista centralizar essa ponte de ligação e o seu eventual escoamento. Ou seja, SP e RJ serviam como ponto de referência para que tanto as informações trocadas pelos norte-americanos, como o seu eventual repasse às polícias internas, das demais capitais brasileiras, formando assim uma rede

de informações constantemente interligada e ciente de tudo o que acontecia fora e principalmente dentro do Brasil.

Essa ingerência americana é acordada uma vez que as relações de poder estão muito bem estabelecidas. Há um laço de conveniência mútua, que faz do Brasil uma potência para expandir os ideais e práticas americanas no eixo do cone-sul. A presença contundente de instituições americanas, como a CIA e o FBI no Brasil, o intercâmbio freqüente de oficiais através de programas de treinamento estratégicos, a existência do “Projeto do Nordeste” e a “Aliança para o Progresso”, confirmam essa ingerência, traduzindo-se numa demonstração concreta dessa intervenção norte-americana no Brasil.” A “Aliança para o Progresso” foi uma redefinição do “Projeto Nordeste”, que visava um desenvolvimento em grande escala para o Nordeste, tendo como um dos itens do acordo, a ocupação de Fernando de Noronha como ponto estratégico militar. “... A Aliança para o Progresso é um programa de todo o povo latino-americano. É um erro considerá-lo norte-americano. Dentro de dez anos, esperamos resolver os problemas básicos da América Latina. Estamos realizando bom trabalho de planificação...”²⁰. É nesta ótica de ocupar espaços considerados, militarmente, estratégicos, que a intervenção americana se fez presente nos “solos brasileiros”, no período de 1950.

As autoridades americanas viam o Brasil como um forte aliado e agente disseminador das idéias “imperialistas” na América Latina, além de área de controle econômico. Nos recortes de jornais e documentos do acervo da extinta DOPS-PE, deparamo-nos com diferentes discursos a respeito da presença estrangeira - norte-americana - em projetos de apoio para o desenvolvimento do Brasil, como pretexto que camuflava as operações militares de natureza secreta. Esses recortes de jornais trazem matérias, cujos discursos das correntes nacionalistas e comunistas atentam ao esse “entreguismo” para a instalação de bases americanas:

“OS ASSALTANTES DE FERNANDO DE NORONHA! Vigorosa denúncia do Dep. Adalberto Guerra – o líder do PTB denuncia a ocupação militar da ilha de Fernando de Noronha – ‘Alienaram aos americanos um pedaço do solo pátrio’”²¹

A exemplo do que ocorreu em Natal -RN com a instalação da “Barreira do Inferno”, os discursos também não foram diferentes e apontam para a resistência popular contra a presença americana. Vejamos o que diz a matéria publicada no jornal Folha do Povo em 11/04//1950:

“Arrogantes e atrevidos os nazi-ianques passeiam pelas ruas de Natal. Carros da força Aérea Norte-americana com placa da Wermacht dos Estados Unidos faz o serviço de transporte de material entre Parnamirim e Natal. – A Estação de Teletipos da base em mãos dos Boches. – O povo potiguar tudo fará pela expulsão dos ocupantes estrangeiros... É com profunda indignação que o povo toma conhecimento do fato, dada a amarga recordação dos dias em que as tropas americanas aqui estiveram na última guerra. E vale recordar que naquela época os americanos

lutavam ao lado dos soviéticos e de todos os povos livres contra a agressão fascista. E o povo se pergunta: se naquele tempo, lutando ao nosso lado eles fizeram o que fizeram com as nossas famílias, os nossos costumes, que não quererão fazer agora...”²².

A relação de simpatia se confunde com os discursos vistos na documentação trabalhada, no que tange a projetos de ordem social e de desenvolvimento econômico. A sociedade via na presença estrangeira uma forma de interferência, e a polícia política procurava de alguma forma vigiar essa intromissão mesmo se tratando de uma nação amiga. O que se pode notar é que ambas as nações estavam muito bem sintonizadas as informações que aconteciam por traz dos bastidores do tecido social. Não queremos com isso endossar o discurso conspirador e maquiavélico de que tudo já estava arranjado para a efetiva fixação norte-americana no solo pátrio, mas mostrar o quão instáveis se encontram as relações de poder e como elas são convenientes em determinados momentos.

Notas:

¹ Criada em 23 de Dezembro de 1935 na lei nº 71 (ver Legislação Estadual de Pernambuco – Decretos, Atos – 1935, Recife: Imprensa Oficial, pp. 28), a DOPS-PE foi extinta em Março de 1990, pelo Decreto nº 14.276, tendo sua documentação transferida para o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, APEJE, no ano seguinte e estando disponível ao público na atualidade no anexo da referida instituição.

² Com relação ao gerenciamento de informações da DOPS-PE, classificando as ações de indivíduos, de pessoas físicas e entidades em dossiês e prontuários ver: SILVA, Marcília Gama da. “*O DOPS e o Estado Novo: os bastidores da repressão em Pernambuco 1930 – 1945*”. Dissertação de Mestrado em História – Recife: UFPE, 1995, pp.92-3.

³ Elizabeth Cancelli. “*O Mundo da Violência – A Polícia da era Vargas*”. Brasília: Editora Universidade de Brasília – EDNUB, 1993.

⁴ Idem, *ibidem*, pp. 17-25.

⁵ Alcir Lenharo. “*A Sacralização da Política*”. Campinas: Papyrus/UNICAMP, 1986.

⁶ Michel Foucault. “*Microfísica do Poder*”. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979, pp. 291.

⁷ Ver Cancelli. Op. Cit. Cap. “A Organização Policial” e Gama. Op. Cit. Cap. “Reorganização da Máquina Estatal”.

⁸ Elizabeth Cancelli. “Ação e Repressão Policial num Circuito Integrado Internacionalmente” In: “Repensando o Estado Novo”, pp.313.

⁹ Ricardo Antônio Seitenfus. “*O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos: 1930-1945*”.

¹⁰ Elizabeth Cancelli Op.cit., pp.186-187.

¹¹ Em Pernambuco elas ficam evidenciadas na cópia da reportagem “Esplendor e Miséria da Espionagem Nazista em Pernambuco”, do jornal “Diretrizes”, numero de 23/7/1942. Fundo: APEJE-- DOPS/PE Prontuário Funcional Alemanha nº 29653, envelope 5.

¹² Fundo: APEJE-DOPS/PE Prontuário Funcional Alemanha nº 29653, envelope 5 e as Sindicâncias da Fábrica Paulista nº 29240.

¹³ Fundo: APEJE-DOPS/PE Prontuário Funcional nº 29214 com o “Relatório do Nazismo no Rio Grande do Sul” do Coronel Osvaldo de Sousa Farias, e o relatório de Elpídio Reali, da Delegacia de Ordem de São Paulo, sobre a rede de Espionagem de Niels Christensen no Prontuário Funcional nº 29444.

¹⁴ Fundo: APEJE-DOPS/PE Prontuário Funcional Alemanha nº 29653, envelope 2.

¹⁵ Fundo: APEJE-DOPS/PE Prontuário Funcional Alemanha nº 29653, envelope 2 e Prontuário Funcional da Fábrica Paulista – 31771-A/ 31771-B.

¹⁶ Ver respectivamente Ricardo Antônio Seitenfus pp.631.Cancelli Op. cit. pp.314).

¹⁷ ¹ Relatório do CPDC: o alinhamento sem recompensa: a política externa do Governo Dutra, 1990.

¹⁸ IDEM

¹⁹ ANDRADE, Manuel Correia de. 1922 – Geopolítica do Brasil. Campinas, SP: Papyrus, 2001. pg.55.

²⁰ Fundo: APEJE- DOPS/PE Prontuário Funcional nº4071 Fernando de Noronha série: Recorte de jornal, Diário de Pernambuco, 14 de agosto de 1962.

²¹ Fundo: APEJE-- DOPS/PE Prontuário Funcional nº4071 Fernando de Noronha série: Recorte de jornal, Folha do Povo, 24 de abril de 1957.

²² Fundo: APEJE-DOPS/PE. Prontuário Funcional nº 30270-G. Rio Grande do Norte. Série: Recorte de jornal, Folha do Povo, 11. 04. 1950.